COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2022 (Deputado DIEGO GARCIA)

Requer а recriação de Subcomissão Especial tratar das para doendas raras, com foco especial na ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal em função da aprovação da Lei 14.154/2021.

Senhor presidente:

Nos termos do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro а recriação, no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família, de Subcomissão de Doenças Raras, destinada Especial a acompanhar implementação da Lei 14.154/201 e a Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), e propor medidas visando melhorias na atenção às doenças raras.

JUSTIFICAÇÃO

As doenças raras formam um grupo bastante heterogêneo que foram agrupadas justamente pela sua baixíssima prevalência na população. Considera-se doença rara aquela





que afeta até 65 pessoas em cada 100.000 indivíduos, ou seja, 1,3 pessoas para cada 2.000 indivíduos.

Embora sejam raras isoladamente, elas ultrapassam o número de 6.000 tipos diferentes de doenças em todo o mundo pertencentes a grupos muito diferentes entre si: doenças neurodegenerativas, inflamatórias, autoimunes, erros inatos do metabolismo e câncer.

Para a Saúde Pública, as doenças raras assumem grande importância, não apenas em razão de serem em geral doenças crônicas, progressivas e incapacitantes, afetando a qualidade de vida das pessoas e de suas famílias, podendo mesmo levar à morte precoce, mas também pelo impacto econômico pelos custos elevados de um diagnóstico muitas vezes difícil e o tratamento que muitas vezes é de alto custo e prolongado.

Estima-se que cerca de 80% de todas as doença raras têm fatores genéticos associados - nesse sentido, as doença são muitas vezes classificadas simplesmente em Doenças Raras de origem genética (incluindo as anomalias congênitas de manifestação tardia, deficiência intelectual doenças com manifestação principal, inatos do como е os erros metabolismo) e as Doenças Raras de origem não genética (de origem infecciosas, inflamatírias, autoimunes e outras).

Assim, entendemos que a Comissão de Seguridade Social e Família tem papel essencial no acompanhamento da implementação dos direitos de todas das pessoas com doenaças raras, e para dar continuidade aos trabalhos de 2019 e 2021, solicito o apoio de meus nobres Pares para a aprovação deste requerimento.





DIEGO GARCIA

Deputado Federal – REPUBLICANOS/PR



